



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissão

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 2/6/2016

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Falta de quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Hely Tarquínio – André Quintão – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fred Costa – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 3, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/4/2016

Às 9h17min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater denúncia apresentada pelo Sr. Jurandir Persichinni Cunha no debate público "Águas de Minas: Revitalização e Gestão dos Rios de Minas", cujo teor envolve intimidação, inclusive contra seu patrimônio e sua vida, por



defender o meio ambiente e o patrimônio histórico de trecho íntegro da Estrada Real, entre Rio Acima e Itabirito. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.131/2015 deixa de ser apreciado por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, membro da Coordenação do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, e os Srs. Marcelo da Fonseca, analista ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o Sr. Sávio de Souza Cruz, secretário, Fernando Marins Pinheiro, delegado de Polícia Civil, representando a Sra. Valéria Decat de Moura Resende, delegada Regional de Polícia Civil de Nova Lima, Apolo Heringer Lisboa, idealizador do Projeto Manuelzão e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, e Jurandir Persichinni Cunha. A presidência tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Cássio Soares – Doutor Jean Freire.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2016

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a limitação da internet banda larga. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.001/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhadas a todos os órgãos e entidades interessados, principalmente aos órgãos e movimentos de defesa do consumidor, as notas taquigráficas da reunião ocorrida em 5/5/2016;

nº 6.002/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a obrigatoriedade do fechamento dos supermercados e *shoppings* aos domingos;

nº 6.003/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o encerramento dos serviços da Central de Atendimento e Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel;

nº 6.004/2016, do deputado Inácio Franco, em que requer seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o motivo da cobrança da tarifa Esgoto Dinâmico com Coleta – EDC – no Município de Santos Dumont sem que haja a devida efetivação da prestação do serviço de esgotamento sanitário;

nº 6.005/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhados ao Ministério Público do Estado e à Defensoria Pública do Estado as notas taquigráficas da audiência pública realizada no dia 5/5/2016 e pedido de providências para a propositura de ação civil pública, com pedido de liminar, para impedir a aplicação e cobrança no Estado do aumento da tarifa de água anunciado pela Copasa-MG em 2015;

nº 6.006/2016, dos deputados Elismar Prado, Sargento Rodrigues e Douglas Melo, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral da Assembleia Legislativa pedido de informações sobre a possibilidade de propositura de ação civil pública pela Procuradoria desta Casa.



Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Livia Coelho, advogada, representando o Sr. Cláudio Monteiro Considera, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Proteste; Fernanda Pinto, executiva de Relações Institucionais da TIM; e os Srs. Hermann Bergmann Garcia e Silva, gerente regional da Agência Nacional de Telecomunicações, representando o Sr. João Batista de Rezende, presidente dessa agência; Rodrigo Filgueira de Oliveira, promotor de justiça, representando o Sr. Fernando Ferreira Abreu, promotor de justiça e coordenador do Procon Estadual de Minas Gerais; Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia; Antônio Roberto Salles Baptista, diretor jurídico de Apoio às Operações da Claro, representando a Sra. Elizabeth Bogel, coordenadora de Ouvidoria dessa empresa; Eduardo Macedo, executivo de Relações Institucionais da Vivo, representando o Sr. Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, consultor de Relações Institucionais dessa empresa; Marcos Antônio Borges, gerente de Relações Institucionais da Oi Telecomunicações; Hélio Nonato de Oliveira, conselheiro da Câmara de Elétrica do Crea-MG; e Breno de Castro Laranjo Vale, vice-presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet e Telecomunicações. A presidência concede a palavra ao deputado Douglas Melo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2016.

Elismar Prado, presidente – Sargento Rodrigues.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2016

Às 13h23min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Tadeu Martins Leite, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Cabo Júlio, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Gilberto Abramo, Iran Barbosa e Gustavo Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei a seguir relacionados são retirados de pauta por deliberação da comissão a requerimentos dos deputados mencionados entre parênteses: nºs 343/2015 (Luiz Humberto Carneiro); 878/2015 (Dalmo Ribeiro Silva e Antônio Carlos Arantes) e 1.118/2015 (Dalmo Ribeiro Silva e Bonifácio Mourão). Registra-se a saída dos deputados Antônio Jorge e Luiz Humberto Carneiro e a entrada do deputado Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.233/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.007/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 6.034/2016, do deputado Gilberto Abramo, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.503/2016, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2016.



Leonídio Bouças, presidente – Tadeu Martins Leite – Bonifácio Mourão – Isauro Calais – Rogério Correia – Sargento Rodrigues.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2016

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Carlos Pimenta e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o papel das *startups* no Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.035/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada visita ao Seed, sediado nas proximidades da Praça da Estação, no Espaço Cento e Quatro, no Município de Belo Horizonte;

nº 6.036/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a injeção de capital da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – no Banco Mercantil de Investimentos – BMI –, instituição controlada pelo Banco Mercantil do Brasil, por meio de oferta pública de ações;

nº 6.037/2016, do deputado Lafayette de Andrada, em que requer seja realizada audiência pública para debater a política tributária para a Zona da Mata.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Carla Batista Ribeiro, analista da Unidade de Inovação e Sustentabilidade do Sebrae Minas, representando o gerente da unidade; e os Srs. Leonardo Dias de Oliveira, subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, representando o secretário de Estado; Fábio Veras de Souza, assessor da presidência da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Gustavo Costa de Souza, coordenador da Unidade do Sistema Mineiro de Inovação – Simi –, representando o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais; Marcos Araújo de Oliveira, diretor de Integração e Interiorização da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, representando o presidente; Alysson Lisboa Neves, professor da Uni-BH; Gibram Raul Campos de Oliveira, presidente e CEO da Netbee; Leonardo Fares Menhem, presidente da Fumsoft; Ronaldo Tadeu Pena, diretor-presidente do Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC; Daniel Rodrigues Costa, presidente do Conselho Administrativo da Take.net; Leonardo Bortoletto, presidente executivo da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Minas Gerais – Sucesu Minas –; e Danilo Maia, engenheiro elétrico e de computação. O presidente, como coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida passa a palavra ao outro autor, deputado Dalmo Ribeiro. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Wander Borges – Roberto Andrade.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/5/2016

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Thiago Cota, Wander Borges e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132



do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* da Sra. Jaqueline Guimarães Ferreira, diretora de comunicação da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, convidando membros desta comissão para participar da abertura da exposição “Música sem Mistério”, que estará na Galeria de Arte da Assembleia, de 6 a 11 de junho, e solicitando informações sobre a programação da etapa final do fórum técnico, com o objetivo de produzir uma peça específica de divulgação da exposição para os respectivos participantes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.555/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.078/2016, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Montes Claros pelo 37º aniversário do Centro Cultural Hermes de Paula, especialmente com a equipe de trabalho envolvida nas atividades do referido centro;

nº 6.081/2016, dos deputados Bosco, Wander Borges, Thiago Cota e Tadeu Martins Leite, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Prefeitura e com a Câmara Municipal de Januária, com a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, Câmpus Januária, e com a Casa da Memória de Januária pela colaboração, com sucesso, na realização do 12º encontro regional do fórum técnico Plano Estadual de Cultura, ocorrido em 17/5/2016, nesse município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2016.

Bosco, presidente – Thiago Cota – Wander Borges.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/5/2016

Às 16h34min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Isauro Calais e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a feminização da população idosa no Brasil. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.083/2016, dos deputados Isauro Calais e Cristiano Silveira e da deputada Geisa Teixeira e em que requerem seja encaminhado às Secretarias de Estado de Saúde e de Planejamento e Gestão pedido de providências para a criação, no planejamento e orçamento estaduais, de programa específico para financiar a contratação de cuidadores de idosos pelos municípios;

nº 6.084/2016, do deputado Isauro Calais, da deputada Geisa Teixeira e do deputado Cristiano Silveira em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para orientar e estimular os municípios na implementação de programas de cuidado ao idoso dependente, por meio de apoio técnico e financeiro.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sandra de Mendonça Mallet, analista de Políticas Públicas da Coordenadoria Municipal de Direitos da Pessoa



Idosa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e Maria Fontana Cardoso Maia, coordenadora da Coordenadoria da Pessoa Idosa da Prefeitura de Belo Horizonte. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra à convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2016.

Isauro Calais, presidente – Ione Pinheiro – Bosco.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/5/2016

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Missionário Márcio Santiago, Léo Portela e Dilzon Melo (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Missionário Márcio Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 2.332 e 3.008/2015, em turno único, dos quais foi designado como relator o deputado Missionário Márcio Santiago. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.669 e 2.919/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.091/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita ao XXXII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, em Fortaleza, no dia 1º/6/2016, onde será realizada assembleia geral para dar prosseguimento à criação da Associação Nacional pela Restrição da Propaganda de Bebidas Alcoólicas;

nº 6.092/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Taiobeiras para debater o consumo de drogas e a violência resultante do uso de substâncias psicoativas nesse município;

nº 6.093/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Sete Lagoas para debater o consumo de drogas e a violência resultante do uso de substâncias psicoativas nesse município;

nº 6.094/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater e divulgar a programação da Semana de Prevenção ao Uso e Abuso de Álcool e Outras Drogas, que ocorrerá de 19 a 26/6/2016;

nº 6.095/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizado debate público sobre ações e políticas públicas de prevenção ao uso de drogas;

nº 6.096/2016, do deputado Léo Portela, em que requer seja realizada audiência pública para debater as Semanas Estadual e Nacional de Prevenção ao Uso de Drogas, preferencialmente no período de 19 a 26/6/2016, promovendo reflexões e debates de forma ampla sobre o tema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2016.

Antônio Jorge, presidente.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/5/2016**

Às 9h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Dalmo Ribeiro Silva e Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, discutir os efeitos da Lei nº 13.146, de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão –, no que se refere às Apaes. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sra. Ana Regina Carvalho, diretora de Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação, e os Srs. Eduardo Barbosa, deputado federal, presidente da Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais; David Mello, coordenador de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Saúde; Eduardo Gonçalves, presidente da Apae de São Lourenço; e Romerito Costa Nascimento, coordenador Especial de Apoio e Assistência da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2016.

Duarte Bechir, presidente – Bonifácio Mourão – João Leite.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/5/2016

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.111/2015 na forma do Substituto nº 2 (relator: Antônio Carlos Arantes). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.608, 4.650, 4.667 e 4.674/2016. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.249/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.147/2016, do deputado Iran Barbosa, em que requer seja realizada audiência pública para debater as irregularidades contratuais que vêm ocorrendo na feira do Mineirinho e a situação dos expositores perante a empresa Fenacouro;

nº 6.148/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Fábio Avelar Oliveira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a reforma administrativa enviada pelo Executivo, com 20 mensagens do governador do Estado encaminhando 18 projetos de lei, 1 projeto de lei complementar e 1 proposta de emenda à Constituição, com ênfase para o Projeto de Lei nº 3.503/2016, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo, propondo a extinção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Roberto Andrade.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/5/2016

Às 9h15min, comparece na Câmara Municipal de Mantena o deputado Antônio Jorge, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o impacto da propaganda no consumo de bebidas alcoólicas entre os jovens e a necessidade de adequação da Lei Federal nº 9.294, de 1996, e a receber discutir e votar proposições da comissão. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Irmã Maria Alice Nagy, diretora do Hospital São Vicente de Paulo de Mantena, Giszelda Khenia de Oliveira, coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – Creas – de Mantena, e os Srs. Antônio Rodrigues dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Mantena, Pastor Adson Cerqueira Santana, diretor-presidente do Hospital Evangélico de Mantena, João Ernesto de Oliveira, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Mantena, Hélio Correia de Oliveira, presidente da Igreja Batista Central de Mantena, Antônio Rodrigues dos Santos e Wanderson Ferreira da Silva, vereadores da Câmara Municipal de Mantena, Gentil Mata Cruz, presidente do Partido Popular Socialista – PPS – de Mantena, Subten. PM Wender Ferreira da Silva e Cap. PM Lindomar Batista de Oliveira, comandante da 159ª Companhia da PMMG de Mantena. Após fazer as considerações iniciais, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2016.

Antônio Jorge, presidente.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/5/2016

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cabo Júlio, Paulo Guedes e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater supostas irregularidades no pagamento de diária aos militares escalados para o policiamento de carnaval nas cidades históricas do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública, momento em que a presidência informa que a parte destinada à audiência pública não será realizada, pela ausência de convidados. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 6.163/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam convocados os diretores de Recursos Humanos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para prestar esclarecimentos e trazer a fundamentação legal, em audiência pública, sobre o motivo do pagamento de diárias aos comandantes-gerais da PMMG e CBMMG e o não pagamento dessas aos policiais e bombeiros militares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2016.

João Magalhães, presidente – Cabo Júlio – Sargento Rodrigues – Paulo Guedes.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/5/2016

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Thiago Cota e João Magalhães (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a saída do deputado Felipe Attiê. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.272/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Thiago Cota, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nos 1.087/2015 (relator: deputado Thiago Cota), 2.409 e 2.755/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda) e 2.786/2015 (relator: deputado João Magalhães), todos na forma do vencido em 1º turno; e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nos 1.635/2015 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Magalhães), e 2.834/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Thiago Cota). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – André Quintão – Tito Torres.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/5/2016

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Cabo Júlio (substituindo o deputado Iran Barbosa, por indicação da liderança do BMM) e João Magalhães (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dirceu Ribeiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente avoca para si a relatoria da visita, realizada em 23/2/2016, à Lagoa do Matadouro, no Município de Sete Lagoas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 437/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Inácio Franco, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nos 3.322/2016 (relator: deputado Inácio Franco) e 3.395/2016 (relator: Inácio Franco), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nos 4.573 a 4.575/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende ao recebimento, discussão e votação de proposições da comissão. São recebidos os seguintes requerimentos:

nº 6.164/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a situação do esgoto que percorre, a céu aberto, o Bairro Jardim Canadá II, no Município de Nova Lima;



nº 6.165/2016, do deputado Deiró Marra, em que requer seja realizada audiência de convidados conjunta com a Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas para debater a proposta de transferência para Patrocínio do Cetas-Cras, que tem previsão de ser instalado em Patos de Minas, com investimento da Vale Fertilizantes e Empresa Galvani, para a qual sejam convocados o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e os diretores da Superintendência Regional de Meio Ambiente e do Instituto Estadual de Florestas de Uberlândia;

nº 6.166/2016, do deputado Cássio Soares, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para promoção de ações e estudos, em articulação com o órgão municipal de meio ambiente de Sete Lagoas, destinados a obtenção de esclarecimentos e indicação de medidas de proteção da Lagoa do Matadouro, localizada no Bairro Vapabuçu, que passa por processo de ressecamento e onde, nos períodos mais secos, ocorre combustão subterrânea de material acumulado em seu leito, com liberação de fumaça e gases tóxicos prejudiciais à população local.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Lagoa do Matadouro, no Bairro Vapabuçu, Município de Sete Lagoas, realizada em 23/2/2016, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2016.

Cássio Soares, presidente – Marília Campos – Inácio Franco.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Local visitado: Lagoa Matadouro, no Município de Sete Lagoas.

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 4.531, de 2015, do deputado Douglas Melo, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável visitou, no dia 23/2/2016, às 11 horas, a Lagoa Matadouro, no Município de Sete Lagoas. O objetivo da visita foi averiguar denúncias de existência de fumaça tóxica que emana da lagoa, o que causa transtornos e afeta a saúde dos que residem na região.

Participaram da visita os deputados Cássio Soares e Douglas Melo, o Sr. Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento, presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, os Srs. Milton Maurício Martins e Padre Dércio, vereadores da Câmara Municipal de Sete Lagoas, a Sra. Karla Thatyane Xavier, engenheira ambiental, representando o Sr. Luiz Adolpho Vidigal Borlido, secretário municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Sete Lagoas, os Srs. Vinicius Castro, assessor parlamentar, e Claudomiro Bento, e a Sra. Elizeth Cristina Soares Martins e outros moradores da região do entorno da Lagoa Matadouro.

Relato

Segundo moradores da vizinhança da Lagoa Matadouro, no Bairro Vapabuçu, em Sete Lagoas, já de longa data e em períodos intermitentes, quando a lagoa seca completamente, emana do seu leito uma fumaça, proveniente de combustão, que se propaga por via subterrânea e causa incômodos aos que residem na região. Tal ocorrência, já constatada em várias ocasiões, motivou a mobilização da comunidade e de representantes da Câmara de Vereadores a buscar solução para o problema, que, de origem ainda desconhecida, representaria sérios prejuízos à própria lagoa e à população local, sujeita à poluição causada pela fumaça. O local se teria tornado perigoso até para eventuais visitantes, como foi o caso de um servidor do Legislativo Municipal que, em visita para conhecimento e análise da situação, afundou parcialmente no solo, sendo vítima de sérias queimaduras.



A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representada pelos deputados Cássio Soares e Douglas Melo, fez uma visita a Sete Lagoas, em 23 de fevereiro, para conhecer *in loco* o problema. Na ocasião, acompanhados de muitos moradores da região e de autoridades do Legislativo e do Executivo municipais, os parlamentares puderam colher depoimentos esclarecedores sobre o problema, antevendo possíveis caminhos para sua solução. Segundo diferentes opiniões, o fenômeno resultaria da queima de um gás semelhante ao metano, originário da decomposição de matéria orgânica existente em abundância no leito da lagoa, como também poderia ser fruto de incêndio criminoso.

Em resumo, ressalta-se que:

- Algum tipo de combustão ocorre dentro do perímetro da lagoa, principalmente no clímax da época de seca, afetando a comunidade do Bairro Vapabuçu, pela emissão de gases supostamente tóxicos. Vale comentar que o fenômeno se agravou a partir da ocupação não adequada da área do entorno da lagoa, provocando o ressecamento de seu leito com frequência maior que a natural.

- Não há ainda manifestação oficial de órgão especializado sobre o fenômeno. Tampouco foram realizadas dragagem ou ações de recuperação das bacias de que depende a lagoa, embora se trate de uma das sete lagoas que deram nome ao município.

O deputado Douglas Melo, ex-vereador de Sete Lagoas, considerou que a Prefeitura tem recursos suficientes, por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente, para solucionar o problema. Informou que a Prefeitura tem um projeto para revitalização da lagoa, orçado em torno de 8 milhões de reais. Segundo ele, é uma obra importante para a comunidade e passível de ser realizada com o orçamento municipal. O deputado sugeriu que se encaminhe à Prefeitura de Sete Lagoas pedido de providências para solução do problema e recomendou empenho por parte da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, para que a comunidade seja atendida nessa questão.

Os moradores do local presentes à visita informaram que antes havia três nascentes que alimentavam a lagoa, mas todas elas teriam deteriorado e secado. A engenheira ambiental Karla Thatyane Xavier, representante da secretaria municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Sete Lagoas, em resposta à pergunta do deputado Cássio Soares sobre a necessidade de recuperação das nascentes para a revitalização da lagoa, afirmou que ela tem sido vistoriada e monitorada regularmente. Informou ainda que o volume de água da lagoa, à época da visita, derivava de acúmulo de águas de chuvas ocorridas no início do ano e que, sem o suporte das nascentes, está em franco declínio. Ponderou, entretanto, que seria difícil resgatar as nascentes, pelo excesso de impermeabilização das áreas em torno delas.

Em relação ao problema específico da queima, informou a engenheira que pesquisas realizadas por ela, junto com o especialista em solos, Luiz Marcelo Santos, professor da Unifemm (centro universitário mantido pela Fundação Educacional Monsenhor Messias, de Sete Lagoas), mostram que na lagoa há um acúmulo de matéria orgânica, à semelhança de turfa, de fácil combustão, mas improvável de gerar a combustão espontânea. Na sua opinião, o incêndio é proposital, e a propagação se sustenta pela combustão da citada turfa. Detectado o incêndio subterrâneo, a Prefeitura atua despejando caminhões de água no leito seco da lagoa, o que, muitas vezes, não é suficiente, dada a profundidade dos veios de combustão, por vezes de até três metros. A queima, portanto, só cessa quando finda aquele veio de matéria orgânica. Para a solução do problema, seria necessário retirar essa matéria orgânica, a qual, segundo teria constatado o professor Luiz Marcelo, em suas pesquisas, praticamente não existe mais – a maior parte já teria se queimado durante o ano de 2015.

Deve-se registrar que, na ocasião da visita, verificou-se a presença de um pequeno espelho de água no leito da lagoa, não tendo sido constatado o fenômeno da emissão de fumaça ou constatada queima de material.



Segundo o presidente da Câmara, Fabrício Nascimento, o projeto de revitalização da lagoa é antigo, e estaria sendo analisado pela Secretaria de Obras para adequações.

Os representantes da população presentes reclamaram da pouca atenção dada à região pela Prefeitura, que tem priorizado as lagoas mais centrais, entre elas a Lagoa Paulino e a Lagoa do Boa Vista, essa última objeto de intervenções no início da gestão atual, e solicitam seja dada atenção à lagoa do Vapabuçu.

Por sua vez, o vereador Padre Dércio informou que a lagoa é a única da cidade a ainda possuir mata ciliar e que, apesar dos problemas, tem água pura nos períodos de acúmulo pluvial, sendo possível, nesses períodos, a observação de peixes em seu leito. Sobre o projeto para cuidar das nascentes e das matas ciliares, comentou que o único existente, de iniciativa do prefeito municipal, deveria ser reforçado por uma ação do Estado e do Governo Federal em parceria com o município. Segundo o vereador, seriam necessários investimentos de 8 a 10 milhões de reais. Acrescentou que o Ministério Público do Estado – MPE – também já teria sido acionado na busca de uma solução para o problema da revitalização da lagoa.

Conclusão

Pelo que se constatou, a queima e a fumaça no leito da Lagoa Matadouro, embora não presentes por ocasião da visita, têm ocorrido frequentemente em períodos secos e causado transtorno à população local. Claramente caracterizado como tema de interesse local, cabe à administração municipal buscar alternativas de solução, como a dragagem de material orgânico e entulho acumulados na área da lagoa ou a implementação de projeto de revitalização da lagoa.

Ante a situação de indefinição e aparente inação do poder público local, sugerimos sejam solicitadas providências à Semad, para que se empreendam estudos, fiscalização e monitoramento da situação da lagoa do Vapabuçu, com vistas a identificar e controlar as causas do fenômeno denunciado, além de viabilizar ações de revitalização desse ativo ambiental de Sete Lagoas.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2016.

Cássio Soares, relator.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/5/2016

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Paulo Lamac e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício dos analistas e técnicos administrativos da UEMG – Unidade Ibirité, expondo diversos problemas na referida unidade e apresentando pauta de reivindicações. Comunica também o recebimento de ofício da Sra. Sandra Regina Goulart Almeida, vice-reitora da UFMG, publicado no *Diário do Legislativo* em 5/5/2016. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 735/2015 (relator: deputado Paulo Lamac). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.221/2015 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Paulo Lamac), e 3.177/2016 (relator: deputado Ivair Nogueira), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.978, 3.981, 3.982, 3.986, 4.049, 4.102, 4.117, 4.132, 4.134, 4.142, 4.188, 4.233, 4.295, 4.390, 4.404, 4.411 e 4.588/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.167/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que, quando da regulamentação da inclusão do nome social nas listas de chamada das escolas, seja adotada a inclusão em ordem alfabética;

nº 6.168/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizada audiência pública para debater o tema "Educação para a sustentabilidade";

nº 6.169/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implantar polo de atendimento no Município de Viçosa, de modo a descentralizar as demandas direcionadas às Superintendências Regionais de Ensino de Ponte Nova e de Ubá;

nº 6.170/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a destinação do imóvel ocupado pela Escola Estadual Sebastião Lopes de Carvalho, em Viçosa, desativada em 2016;

nº 6.171/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a pauta de reivindicação dos professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, que decretaram greve geral a partir do dia 2/5/2016;

nº 6.172/2016, do deputado Cássio Soares, em que requer seja formulado voto de congratulações com o time de futsal feminino do qual fazem parte alunas da Escola Estadual Dulce Ferreira de Souza – Colégio Polivalente, de Passos, pela conquista, de forma invicta, do Campeonato Mundial Escolar de Futsal Feminino;

nº 6.173/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja formulado voto de congratulações com os estudantes Pedro Henrique Romualdo Goulart, Laessa da Silva Oliveira, Gabriela Santana de Abreu e com o professor Gieze Américo Reginaldo, da Escola Estadual João Rodrigues, de Prudente de Moraes, pelo projeto Faraday ao Dínamo: Dispositivo de Segurança na Bicicleta, apresentado na UFMG e escolhido para representar essa universidade na Feira Nacional de Ciências e Engenharia, na USP;

nº 6.174/2016, do deputado Wander Borges, em que requer seja realizada audiência pública para debater os procedimentos que estão sendo adotados em relação ao programa Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais – Uaitec –, bem como as expectativas e previsões de futuras expansões no Estado;

nº 6.175/2016, do deputado Wander Borges, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Paulo Rocha, no Município de Sabará, para verificar a situação da licitação das obras de reforma e restauração da referida escola, com a presença da Comissão de Cultura e dos demais órgãos que menciona.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 6.176/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater o importante retorno do 7º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Cândida Cabral com o colegiado escolar Centro Educativo Cândido Cabral;

nº 6.177/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Governo pedido de providências para reabrir a negociação com os representantes dos servidores das superintendências regionais de ensino para a reposição dos dias de greve dessa categoria em 2015;

nº 6.178/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 5/5/2016, com vistas a atender as reivindicações apresentadas durante a reunião, especialmente quanto à reposição dos dias da paralisação de 2015, à adequação das tabelas das carreiras e à revisão dos critérios de concessão de gratificações das superintendências regionais de ensino;

nº 6.179/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular no Município de Teófilo Ottoni para debater a Emenda à Constituição nº 9, de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade da matrícula na educação infantil, a partir de 2016, para crianças de 4 e 5 anos;

nº 6.180/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para realizar diagnóstico territorial, em regime de colaboração com os municípios, para averiguar a demanda por educação infantil por faixa etária no Estado;

nº 6.181/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater os dispositivos da Lei nº 13.146, de 2015, Lei Brasileira de Inclusão, que guardam interface com as diretrizes pedagógicas educacionais do Estado, para adoção de providências, no que couber, pela Secretaria de Estado de Educação;

nº 6.182/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.517, de 2016, que dispõe sobre a extinção dos cargos vagos das carreiras do Poder Executivo;

nº 6.183/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater a greve na Unimontes, que passa por uma das piores crises de sua história.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/5/2016

Às 9h30min, comparece no Plenário o deputado Paulo Lamac, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a promover a reflexão acerca da formação educacional no contexto da construção da Base Nacional Comum

Curricular – BNC. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Luciene Maria Carminatti, deputada estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Ana Lúcia Vieira Menezes, deputada estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe; Glaucia Aparecida Vieira, coordenadora da Política de Formação dos Profissionais de Educação da Secretaria de Estado de Educação, representando a secretária de Estado de Educação e a coordenadora de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação; Suely Duque Rodarte, diretora executiva da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime; Mônica Maria de Souza, diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – SindUte; Analise de Jesus da Silva, professora da UFMG e coordenadora do Comitê Mineiro da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação; e Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos, professora da UFMG; e os Srs. Elmano de Freitas da Costa, deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Wilson Pereira dos Santos, deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso; João Batista dos Santos, deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul; Arnaldo Godoy, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Coronel PM Eduardo César Reis, comandante da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, representando o comandante-geral da PMMG; Miguel Gonzáles Arroyo, professor titular emérito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Renato Barbosa de Moraes, supervisor da Comissão de Educação do Estado do Espírito Santo; e Kazunari Nakashima Júnior, assessor técnico da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Rogério Correia – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/5/2016

Às 13h15min, comparecem no Grêmio Esporte Carmelitano, em Carmo do Rio Claro, os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a implantação dos programas de melhoria da qualidade do rebanho bovino em Minas e no Brasil, tendo em vista a possibilidade de implantação desse programa nas regiões Sul e Sudoeste do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública (ou audiência de convidados). A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sebastião César Lemes, prefeito de Carmo do Rio Claro; Wilber Pitol Moura, presidente da Câmara Municipal de Carmo do Rio Claro; Frederico Ozanam de Souza, gerente regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – em Passos, representando Glênio Martins, presidente; Jônatan Hsuan Min Ma, presidente da Associação Brasileira de Criadores de Gado Girolando; Edson Simielli Filho, zootecnista da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ –, representando Luiz Claudio de Souza Paranhos Ferreira, presidente; Rui da Silva Verneque, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig; Willem Guilherme de Araújo, gerente regional da Emater Guaxupé; Rogério da Silva Araújo, gerente regional da Emater Alfenas; Leopoldo Antônio Pereira, sócio-proprietário da Fazenda Reunidas Alp e Filhos; Toni Reis Lemos, presidente do Sindicato Rural de Carmo do Rio Claro; Maurício Silveira Coelho, médico-veterinário, sócio-proprietário da Fazenda Santa Luzia; e Juarez Moreira, secretário executivo do Fórum Regional da Secretaria de Estado de Governo. A presidência concede a



palavra ao deputado Emidinho Madeira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2016.

Emidinho Madeira, presidente – Nozinho – Dirceu Ribeiro.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/5/2016

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.333/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.198/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a crise da indústria moveleira no Estado e suas consequências;

nº 6.199/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater a crise na suinocultura e na avicultura em razão do alto preço do milho;

nº 6.201/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a *startup* Netbee por sua premiação pela Munich Re Group;

nº 6.203/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada visita ao Circuito Automobilístico dos Cristais e à Basílica de São Geraldo, em Curvelo, para conhecer as principais potencialidades turísticas do município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 6 de junho de 2016, destinada a homenagear o Estado de Israel.

Palácio da Inconfidência, 3 de junho de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 6/6/2016, às 11 horas, em Belo Horizonte, ao Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro – Hospital do Barreiro –, com a finalidade de conhecer seu funcionamento.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2016.

Fred Costa, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.198/2016****Comissão de Desenvolvimento Econômico****Relatório**

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Logistas de Prata – CDL –, com sede no Município de Prata.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Desenvolvimento Econômico.

Primeiramente, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, combinado com o art. 102, inciso XIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.198/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Logistas de Prata – CDL –, com sede no Município de Prata.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, os requisitos para que as associações e fundações sejam declaradas de utilidade pública estão previstos no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, a comissão constatou o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Quanto ao mérito do projeto, há que se considerar que a CDL de Prata oferece palestras, cursos e treinamentos aos associados e à comunidade pratense em geral, de forma gratuita, através de parcerias com o Sebrae e a Federaminas, para contribuir com o crescimento das pessoas e da cidade. A entidade faz todo o trabalho de divulgação das palestras, custeia todas as despesas com lanche dos participantes dos eventos e com hospedagem dos palestrantes. Mantém também banco de currículos, encaminhando os currículos das pessoas para empresas que fazem recrutamento e seleção de pessoal, além de oferecer atendimento em geral ao público do SPC Brasil.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela CDL do Município de Prata em prol das classes produtoras e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico e social daquele município, consideramos meritória a iniciativa de conferir à entidade o título de utilidade pública.



Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.198/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2016.

Felipe Attiê, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.379/2016

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Relatório

De autoria do deputado Braulio Braz, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL –, com sede no Município de Muriaé.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 102, XIII, “c”, combinado com o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Câmara Municipal de Dirigentes Lojistas de Muriaé, pessoa jurídica de direito privado, é entidade civil sem fins lucrativos, sem filiação política, partidária ou religiosa, e que tem por finalidades, dentre outras, de acordo com o art. 1º de seu estatuto: amparar, defender, orientar, coligar e representar os interesses de seus associados lojistas junto aos poderes públicos; promover a melhoria dos conhecimentos técnicos e a aproximação entre dirigentes lojistas para estimular o companheirismo e a colaboração recíprocos; divulgar e concretizar junto à comunidade serviços e atividades prestados pelas empresas lojistas, empresas do comércio em geral, indústrias, prestadoras de serviços e profissionais liberais, além de cooperar com autoridades, associações e entidades de classe, em tudo o que interessa, direta e indiretamente à comunidade; e divulgar produtos, técnicas e serviços, apresentando inovações nos processos de comercialização através de feiras, exposições, seminários, encontros, cursos profissionalizantes, visando o aperfeiçoamento profissional e a capacitação empresarial.

Tendo em vista a relevância social e econômica desses objetivos, consideramos meritória a iniciativa de se outorgar à CDL de Muriaé o título declaratório de utilidade pública no âmbito do Estado.

Cabe esclarecer que a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça dá nova redação ao art. 1º do projeto, com o fim de “adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto”.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.379/2016, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2016.

Felipe Attiê, relator.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 2/6/2016, a seguinte comunicação:

Dos deputados Leandro Genaro e Cássio Soares em que notificam o falecimento do Sr. Oscar Andrade, ocorrido em 1º/6/2016, em Juatuba. (– Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-Secretário despachou, em 2/6/2016, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Benedito Álvaro Cunha, prefeito de São Gonçalo do Sapucaí, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.263/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Breno Rego Pinto Rodrigues da Costa, juiz de direito, notificando esta Casa da concessão dos pedidos liminares relativos ao Processo nº 0432150000364-3. (– Às Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos.)

Do Sr. Caio Barros Cordeiro, chefe da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.166/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Caio Barros Cordeiro, chefe da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (11), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.347, 2.356, 2.364, 2.365 e 2.366/2015, da Comissão de Saúde; 3.179, 3.186 e 3.295/2015, da Comissão de Participação Popular; 3.589/2015, do deputado Douglas Melo; 3.630/2015, da Comissão de Segurança Pública; e 3.777, 3.781 a 3.783 e 3.785/2016, do deputado Noraldino Júnior.

Do Sr. Helder Garibalde, gerente do Distrito Regional de Janaúba da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.901/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nos 3.503, 3.504, 3.506 a 3.511 e 3.514/2016. (– Anexe-se aos referidos projetos.)

Do Sr. Jarbas Barbosa da Silva Jr., presidente da Anvisa, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.644/2016, da Comissão de Agropecuária.

Da Sra. Lígia Maria Alves Pereira, chefe de gabinete da Secretaria de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 5.408/2016, dos deputados Rogério Correia e Professor Neivaldo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Lisandro Carvalho de Almeida Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.861/2016, da Comissão de Minas e Energia.

Do Sr. Olavo Machado Junior, presidente da Fiemg, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.277/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Padre João, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 5.742/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Paulo Roberto Moreira Cançado, corregedor-geral do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.981/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Renan Calheiros, presidente de Senado Federal (2), prestando informações relativas ao Requerimento no 4.129/2016, da Comissão do Trabalho, e ao Requerimento de Comissão nº 5.742/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo. (– Anexem-se aos referidos requerimentos.)



Do Sr. Rony Oliveira, chefe de gabinete da Presidência do Iphan, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.316/2016, da Comissão de Cultura.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 31/5/2016

A deputada Ione Pinheiro* – Dou um aparte ao deputado. Seja bem-vindo, deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte) – Obrigado, querida Ione Pinheiro. O meu reparo era a respeito da TV Assembleia, que, hoje pela manhã, não transmitiu a reunião da Comissão de Segurança Pública. Os deputados a levaram para a reunião de outra comissão extraordinária. Agora, também, a manifestação democrática da população que veio à Assembleia Legislativa não apareceu.

Sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa. É disto que, muitas vezes, sentíamos falta aqui: a presença do povo, colocando a sua opinião, porque sempre vinham os mesmos, aquela mortadela paga. Quero dar boas-vindas a vocês que estão se manifestando democraticamente neste momento do nosso país. O partido arrasou a maior empresa deste país, a Petrobras; o presidente do partido ficará preso por 23 anos, e a população não pode falar? Sejam bem-vindos, manifestem-se. A deputada Ione Pinheiro está na tribuna e concorda comigo. Sejam muito bem-vindos, voltem sempre, manifestem-se. Antes tomávamos moeda na cabeça, jogavam as coisas, éramos ameaçados; vocês não fizeram isso, estão somente se manifestando. Manifestem-se. A deputada Ione Pinheiro é a deputada do povo e gosta desse barulho. Quando ela estiver falando, falem junto com ela, que não há problema para ela, que é do norte de Ibirité e gosta de manifestação. Agora, aqueles que falam que são democratas começam a bater boca com quem veio do povo para se manifestar? É a Casa de vocês, não é do João Leite, não. É do povo, é de vocês. Sejam muito bem-vindos. Muito obrigado, deputada Ione Pinheiro.

A deputada Ione Pinheiro* – Boa tarde presidente, boa tarde a todos os presentes. Sejam bem-vindos. Como o deputado João Leite falou, a Casa é de vocês, aqui é o lugar certo de virem e de se manifestarem. Estamos todos chocados com o que está acontecendo no Brasil, com a nossa classe política. Aqui é o lugar certo de vocês virem e colocarem o que estão sentindo. Eu também sinto essa mesma dor no coração. Fico chocada com os acontecimentos em Brasília. Se eu precisar, cederei o meu tempo a vocês com a maior boa vontade, porque aqui é o lugar de vocês exercerem essa democracia. Aqui é a Casa do povo. E todos nós, aqui, sem exceção, até o presidente, somos empregados de vocês, somos empregados do povo. Se estamos aqui é porque fomos eleitos pelos votos de vocês. Estou aqui à disposição de vocês. Se quiserem falar, podem falar, podem se pronunciar, podem mostrar a tristeza desse momento pelo qual nós, brasileiros, estamos passando. É revoltante o que está acontecendo no Brasil. Sejam bem-vindos nesta Casa.

Isso é independente de questões partidárias. O mais importante hoje é que temos um Brasil passando por uma grande crise, não só política, mas moral e econômica. O atual presidente em exercício, quem o escolheu não fomos nós, mas o PT. Não podemos esquecer isso, quem o colocou lá foi o PT. Temos de lhe dar a chance de mostrar a que veio, porque, do jeito que estava, os brasileiros não aguentavam mais. Já somos mais de 11 milhões de desempregados.

Gostaria de falar a respeito desse assunto que chocou o mundo inteiro: o estupro coletivo. Cada um de nós somos essa vítima. Queremos, sim, que sejam punidos os responsáveis, mas é o momento de, principalmente nós, políticos, e nós, sociedade, como brasileiros, refletirmos sobre que Brasil queremos, que Brasil é esse e onde estamos errando. Que educação estamos dando aos nossos filhos e aos brasileiros? O que temos feito pela saúde? A saúde tem sofrido com um verdadeiro descaso. Neste momento, não só queremos a punição justa e rápida, mas devemos refletir que Brasil vamos deixar para as próximas gerações.



Outro assunto que desejo abordar com vocês é que faço parte da Comissão de Cultura, e quando vi o presidente em exercício tentando extinguir o Ministério da Cultura, fiquei chateada naquele momento. Porém, depois fiquei assustada, porque o que estamos vendo é que nunca há dinheiro para a saúde, os hospitais estão fechando, faltam médicos, faltam hospitais, é um verdadeiro abandono. Quando se fala em arranjar dinheiro para a saúde, não tem, sempre há a desculpa da crise. No entanto, vimos artistas milionários e que cobram ingressos caros, artistas consagrados, recebendo recursos da Lei Rouanet. Isso é uma vergonha.

Vimos um circo que cobra R\$400,00 pela entrada ganhando R\$9.000.000,00. Há algo errado nisso. Onde estão nossos administradores, deputado João Leite? Fico pensando em que administradores são esses que estavam conduzindo o nosso Brasil. O que estavam fazendo com o nosso dinheiro? E o dinheiro é do povo, o dinheiro é público. Para a educação e para a saúde, não há nada.

É dinheiro do povo. E estamos entrando com um requerimento sobre isso, porque acho que precisamos esclarecer ao povo que artistas são esses. Desculpem-me, mas é dinheiro do povo, é dinheiro do governo. É lamentável que o Brasil e nós, brasileiros, estejamos passando por isso. É questão de polícia. Aparte concedido ao amigo da galeria. A lei é para todos e tem de ser cumprida, independentemente de partidos.

O deputado Dilzon Melo (em aparte)* – Quero parabenizar a deputada por seu pronunciamento, feito em bom momento, em defesa das mulheres e contra essa falta de justiça que campeia o nosso Brasil.

Mas gostaria de dar uma resposta mais objetiva ao deputado Rogério Correia quando ele faz a apologia de que o PT ganhou as eleições em Minas e que tucanos e tucanoides não se conformam com isso. Tive a felicidade de não votar no Pimentel, mas não foram tantos que tiveram a mesma felicidade. De qualquer forma, aqueles que votaram no Pimentel receberam dele a promessa de trabalhar para que o Estado de Minas Gerais se desenvolvesse, desse valor aos funcionários públicos, ampliasse as possibilidades de emprego e ouvisse os funcionários em suas decisões maiores. Mas quero dizer alto e bom som que todos os que votaram no Pimentel não lhe deram representação para roubar do Estado de Minas Gerais, para fazer as sacanagens e falcatruas que fez, por exemplo, com o seu tráfico de influência como ministro. Acho que quem votou nele votou enganado porque esperava que ele melhorasse o Estado, em vez de fazer o que vem fazendo: criando secretarias para acobertar seus companheiros, aqueles que não ficam no meio do caminho. Não é isso o que ele esperava.

Vemos aí a quantidade de desempregados. Em Minas, já há quase 1 milhão de desempregados. O companheiro na galeria disse agora mesmo que está desempregado há um ano, sem a mínima possibilidade de sustentar sua família com a dignidade que merece. Ainda estamos no fim do mês de maio e, só neste ano, a criminalidade em Belo Horizonte aumentou 30%, sem que a polícia tenha condição de combater o crime. Vemos aí um jovem infrator, de 17 anos, preso 53 vezes, sem que qualquer providência seja tomada porque não há dinheiro para ser investido na segurança pública. É nesse governador que iludiu os eleitores e ganhou as eleições em Minas que tive a felicidade de não votar.

Eu tive a felicidade de votar nos tucanos, porque nós temos o exemplo de 14 anos de governo. E agora, com um ano e meio, estamos vendo, em Minas, o que está acontecendo em Brasília: a bandeira vermelha sacaneando todo mundo, roubando o País. E esse exemplo está chegando no Estado de Minas Gerais. É essa a bandeira vermelha que falam! É a bandeira vermelha da vergonha. Os mineiros estão sentindo-se envergonhados do governador que têm. Projetos mal-acabados chegam nesta Assembleia. As famílias estão com os nervos à flor da pele, passando dificuldades com o desemprego. Há comércios fechando. Mais de 500 mil empresas já fecharam em Minas Gerais. Tudo isso pelo desgoverno. Tenho a felicidade de dizer isto: não votei nesse PT, que deve acabar nessa bandeira vermelha. Com muito orgulho eu digo: votei nos tucanos porque têm exemplo para dar. E o PT nada tem de exemplo para dar e não está fazendo nada.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* – Quero aqui parabenizar a deputada Ione Pinheiro pelo seu pronunciamento. A deputada Ione Pinheiro, como bem dito pelo deputado João Leite, é uma deputada que trabalha sempre pelos mais simples e mais humildes do nosso estado, da sua querida Ibirité. Sabemos disso pela sua história familiar.



Eu não poderia, presidente, nunca, deixar de dizer aqui o que causa estranheza e perplexidade a este parlamentar. Durante 12 anos fui governo aqui, nesta Casa, e determinado partido, todos os dias, enchia essas galerias. Os deputados da base governista eram criticados e xingados de palavra de baixo calão e nunca houve deputado que na época fosse da oposição para fazer defesa, para fazer crítica. E sobretudo os deputados da base governista aceitavam.

Então eu quero aqui dizer, mais uma vez, que me causa estranheza saber que se temos hoje manifestantes, e o público presente nas galerias está fazendo críticas a determinado governo, é porque este governo não tem correspondido às expectativas pelas quais foram eleitos. Da mesma forma, a presidente da República, a ex-presidente Dilma, mentiu para ganhar as eleições, e o atual governador assim também o fez para ganhar as eleições no nosso estado.

Muito obrigado, deputada Ione Pinheiro.

A deputada Ione Pinheiro* – Obrigada. Venham mais vezes. Sejam bem-vindos nesta Casa. Não se esqueçam de que esta Casa é de vocês. É direito de vocês virem aqui. Obrigada. Fiquem com Deus.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bosco* – Sr. Presidente, caros deputados e deputadas, público que nos honra com a sua presença nas galerias, prezados telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia...

O deputado João Leite (em aparte)* – Parabéns pelo aniversário, deputado Bosco. Grande abraço.

O deputado Bosco* – Muito obrigado, deputado João Leite. Com muita alegria e satisfação estou, no dia de hoje, completando minhas bodas de ouro e confraternizando pelos 50 anos de vida. Muito obrigado.

Quero aqui, caro presidente e caros deputados e deputadas, fazer uma retrospectiva dos fóruns técnicos que realizamos por Minas Gerais afora, por meio da Comissão de Cultura.

Estamos prestes a votar nesta Casa um plano estadual de cultura, que, caro amigo Mourão, não tenho dúvida de que deverá ser o melhor deste país. Digo isso com muita tranquilidade porque, desde que o plano foi encaminhado a esta Casa pelo governador por meio do secretário Angelo Oswaldo, da Secretaria de Estado de Cultura, nós, por deliberação e pelo apoio incondicional do nosso presidente Adalclever Lopes, constituímos um grupo de trabalho junto com os deputados e os nossos consultores da Comissão de Cultura, assim como os nossos técnicos da GPI, contando, é claro, com a participação efetiva do Conselho Estadual da Cultura – Consec – e de membros do governo. Esse grupo trabalhou bastante e de forma muito competente. Conseguimos, então, fazer o planejamento para a realização de 12 fóruns técnicos, em várias regiões do Estado. Com isso, contamos com a participação efetiva das pessoas que fazem cultura em Minas Gerais, quer seja na capital, quer seja na região metropolitana, mas, acima de tudo, nos municípios mais distantes. Além disso, de pessoas ligadas diretamente à cultura, que deram uma contribuição extremamente importante. Além de avaliarem conosco as mais de 150 propostas do projeto original, tivemos a apresentação de mais de 150 novas propostas nesses fóruns. Por meio da consulta pelo *site* da Assembleia, recebemos também mais de 80 novas propostas.

Portanto, na plenária final, que acontecerá logo no início do mês que vem, nos dias 8, 9 e 10 de junho, caro deputado Elismar Prado, junto com aqueles representantes que foram eleitos nesses fóruns regionais, teremos as condições e a oportunidade de discutir aqui mais de 200 propostas novas, além das 150 propostas do projeto original do governo. Isso demonstra claramente, caro deputado Rogério Correia, que o nosso objetivo de interiorizar a discussão desse plano, que será fundamental para a cultura de Minas Gerais, sobretudo para os próximos 10 anos, será alcançado. Esse nosso objetivo foi estabelecido pela comissão e, repito, com o aval do nosso presidente Adalclever Lopes. Não tenho dúvida de que, nos dias 8, 9 e 10 de junho, teremos este Plenário e as galerias lotadas de pessoas de todas as regiões que fazem a cultura de Minas Gerais. Certamente estarão aqui conosco lapidando essas propostas que foram apresentadas durante esses 12 fóruns.

Antes de conceder um aparte ao deputado Elismar Prado, que, com muita competência, presidiu essa comissão na gestão passada, assim como, posteriormente, o deputado Rogério Correia, quero só citar, caro Riani, nosso parceiro da



Secretaria de Governo, a localidade, as regiões onde tivemos a oportunidade e a grata satisfação de promover esses fóruns técnicos.

Estivemos em Ouro Preto pela Central Metropolitana; em Araxá pelo Triângulo Sul e Noroeste; em Paracatu, no Noroeste de Minas; na região Oeste, em Vertentes, cujo fórum foi realizado em Divinópolis; também nos Vales do Rio Doce e do Aço, em Governador Valadares, terra do nosso decano deputado Bonifácio Mourão. Também tivemos a oportunidade de realizar esse fórum no Norte e Alto Jequitinhonha, em Montes Claros; no Baixo Jequitinhonha, Mucuri, na cidade de Araçuaí; no Sul e Sudeste de Minas, na cidade de Alfenas. No Triângulo Norte, na cidade de Uberlândia, também realizamos um grande fórum técnico. Ainda estivemos na Zona da Mata, Caparaó e Vertentes, no Município de Cataguases e em Santa Luzia, pela região metropolitana. Fechando o ciclo desses 12 fóruns, estivemos na região Norte, em Januária. Portanto, desde já quero manifestar nossos sinceros agradecimentos a essas cidades pelo que nos receberam, bem como a todas as pessoas que participaram efetivamente desses fóruns que realizamos nos últimos meses.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Obrigado, deputado Bosco. Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento, sobretudo pelo trabalho que vem sendo realizado pela Comissão de Cultura. Como V. Exa. disse, tive a honra de também presidir essa comissão e fico muito feliz de ter feito parte desse processo, que teve continuação brilhante com a condução de V. Exa. à frente da Comissão de Cultura. Aliás, iniciamos na legislatura passada a luta para que Minas Gerais tivesse o que chamamos de CPF da Cultura, ou seja, seu Conselho de Política Cultural, seu Plano Estadual de Cultura e também o Fundo Estadual de Cultura. São três requisitos fundamentais para que Minas Gerais esteja inserida no que chamamos de Sistema Nacional de Cultura.

Naquele momento, tínhamos um diagnóstico muito preocupante do Estado nos 853 municípios. Junto com a comissão, percorremos todas as regiões do Estado para poder estimular, motivar os prefeitos a criarem também o seu conselho, o seu plano, o seu fundo, fazerem as adequações necessárias para que Minas Gerais pudesse finalmente estar inserida nesse Sistema Nacional de Cultura e tratar a cultura com o valor que ela merece, como direito do cidadão. Fizemos esse trabalho, que foi muito exitoso. Muitos municípios também fizeram adesão. Minas Gerais, mesmo que tardiamente, fez adesão. Também tivemos várias reuniões com os conselheiros de política cultural, fundamentais em todo esse processo, que está culminando agora com o trabalho de V. Exa.: a proposta do plano, que é fundamental. Não é meramente um plano que vai trazer diretrizes e metas, mas uma condição de tratar a cultura como política de Estado. O Fundo Estadual de Cultura é fundamental para receber investimentos do fundo nacional, ter mais recursos para a cultura e fomentar mais projetos.

Quero concluir dizendo que também tive a honra de relatar o projeto que modificou os percentuais mínimos para incentivo da Lei Estadual de Cultura, o que acabou culminando na adesão de mais grupos e de gestores culturais, que podem aprovar os seus projetos e ter a captação. Então, conseguimos diminuir os percentuais, possibilitando uma maior interiorização, inclusive, da cultura em Minas Gerais.

Quero parabenizar V. Exa. e desejar sucesso nessa reunião final. Que a gente tenha um plano à altura, que certamente foi democrático, com a participação de tantas forças e atores culturais de todo o Estado. Fico feliz de ter participado desse processo. Precisamos tratar a cultura como ela merece, como política de Estado, independentemente dos governos, porque ela é fundamental para a promoção da pessoa humana. Parabéns, deputado Bosco, pelo seu trabalho na condução da Comissão de Cultura.

O deputado Bosco* – Muito obrigado, deputado Elismar Prado. Estamos realmente dando sequência a esse trabalho iniciado pela gestão passada, que foi de fundamental importância.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputado Bosco, quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que vem fazendo em relação à cultura em nosso estado e como presidente da comissão. V. Exa. foi, na legislatura passada, presidente da Comissão de Educação, e também se revelou, como agora, um presidente que, diante desse tema, trabalha e enriquece a Assembleia Legislativa com seu esforço de levar à frente a pauta que lhe foi determinada.

No caso da cultura, tive oportunidade de ir com V. Exa. a Santa Luzia, e também com a deputada Cristina Corrêa, e pude ver a força que a cultura tem na região metropolitana. V. Exa. já fez um retrato de todo o Estado e da importância que foi essa questão da cultura apresentada aqui.

Há duas questões importantes a serem votadas, em que caminhamos juntos, Assembleia Legislativa e governo do Estado. Quero também parabenizar o governador Fernando Pimentel por ter remetido esses dois projetos, em conjunto com a Assembleia Legislativa, que são o Plano Estadual da Cultura e o Plano Estadual da Educação. Ambos estão sendo objeto de debates intensos. Mesmo com a contenção de gastos na Assembleia Legislativa, o deputado Adalclever Lopes soube sabiamente fazer com que esses dois encontros se estabelecessem em todo o Estado. O da cultura V. Exa. já deu a data, e haverá aqui também o da educação.

Então, deputado Bosco, essa pauta da cultura e da educação são fundamentais para o povo brasileiro. E aqui em Minas Gerais há esses dois projetos, que significam muito avanço, tanto do ponto de vista da cultura quanto do ponto de vista da educação. O governador Pimentel remeteu esse projeto, e nós, da Assembleia Legislativa, fizemos uma discussão ampla.

Eu queria parabenizar V. Exa. pelo tema abordado da cultura, como trabalhou o da educação, para que saia com esses dois projetos, significando avanço para a sociedade mineira, como tem significado no governo do Fernando Pimentel. Parabéns a V. Exa. pelo trabalho que vem realizando.

O deputado Bosco* – Agradeço ao deputado Rogério Correia. Realmente, há uma preocupação desta Casa com todos os segmentos, sobretudo na questão de geração de novos empregos. Mas há duas situações que não podemos deixar de lado, porque são de extrema importância: a educação e a cultura. Porque, para um povo sem educação e sem cultura, certamente fica difícil buscar oportunidade no mercado de trabalho, que está cada vez mais acirrado. Portanto, são duas áreas que precisamos, sim, priorizar, precisamos discutir e criar políticas, não de governo, mas políticas de Estado.

Quero, Sr. Presidente, fazer uma saudação à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, e o faço por intermédio da Dra. Andrea Cláudia Vacchiano, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, pelos relevantes serviços prestados pela polícia de Minas Gerais. Sabemos da importância da Polícia Militar na segurança do Estado, a importância do Corpo de Bombeiros, mas não podemos deixar, de forma alguma, de ressaltar a importância e o trabalho que está sendo realizado pela nossa Polícia Civil.

Portanto, gostaria de fazer uma solicitação ao nosso secretário de Planejamento, nosso amigo Helvécio Magalhães: que reveja os vencimentos dos profissionais da Polícia Civil este mês. Pelo que chegou ao conhecimento deste deputado, parece que há intenção do governo, pelas dificuldades enfrentadas financeiramente, de escalonar os pagamentos da Polícia Civil a partir deste mês. Sabemos que a Polícia Civil, além dos relevantes trabalhos e serviços prestados à segurança deste estado, enfrenta muitas dificuldades, inclusive questões salariais. Peço ao secretário Helvécio que, se for pretensão do governo escalonar o pagamento dos profissionais da Polícia Civil, reveja essa situação e promova esse pagamento na integralidade.

Era o que tínhamos, presidente. Agradeço ao presidente e ao deputado Rogério Correia.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1/6/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 6/6/2016, Adriano Garcia, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;



exonerando, a partir de 6/6/2016, Diêgo Batista de Moraes, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Flavio Alberto Povia Junior, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando, a partir de 6/6/2016, Lucas Emanuel Pereira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando, a partir de 6/6/2016, Magno Ricardo Vilela Santos, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Jair Carneiro Ferraz, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro;

nomeando Renato Lima de Oliveira, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes;

nomeando Thiago Rodrigues Ricaldoni Fonseca, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Leite;

nomeando Thiara Jordana Caires de Oliveira, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Vinicius Honorio da Silva, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro.